

Município de: Dom Feliciano
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016
		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	31.865.294,57	33.844.622,17	35.524.794,80	36.838.725,03
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.341.102,42	1.385.208,26	1.381.366,29	1.660.293,18
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	120.296,99	121.289,06	117.604,55	157.997,93
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	120.296,99	121.289,06	117.604,55	157.997,93
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Contribuições - R P P S				
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	284.318,77	363.078,72	339.226,23	311.678,26
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	266.490,57	348.593,01	323.374,07	310.889,26
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	266.490,57	348.593,01	323.374,07	310.889,26
1.3.2.0.0.0.0.0.0.0	Rendimentos de Aplicações - RPPS				
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	17.828,20	14.485,71	15.852,16	789,00
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA				
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL				
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	19.310,21	17.478,96	41.414,89	23.953,15
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.717.284,87	31.777.803,42	33.458.296,88	34.294.872,26
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	382.981,31	179.763,75	186.885,96	389.930,25
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	382.981,31	179.763,75	186.885,96	389.930,25
1.9.0.0.0.0.0.0.0.0	Outras Receitas Correntes - R P P S				
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.336.409,82	2.704.186,33	1.323.076,28	1.472.901,51
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO		904.410,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	29.567,00	261.800,00	76.200,00	0,00
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	6.371,56	5.587,13	17.988,10	3.708,84
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.300.471,26	1.532.389,20	1.228.888,18	1.469.192,67
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS				
9.0.0.0.00.00.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.605.582,01	-3.798.354,54	-4.028.200,44	-4.228.318,44
	TOTAL DA RECEITA	29.596.122,38	32.750.453,96	32.819.670,64	34.083.308,10

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016
		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Reestimado
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	26.686.537,40	29.779.110,43	30.723.855,45	32.173.521,57
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.018.033,14	17.017.859,28	16.702.830,39	17.537.971,91
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	15.018.033,14	17.017.859,28	16.702.830,39	17.537.971,91
3.1.00.0.0.0.0.0.0.0	Pessoal do R P P S				
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	130.780,14	76.064,55	220.352,83	231.370,47
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	130.780,14	76.064,55	220.352,83	231.370,47
3.2.00.0.0.0.0.0.0.0	Juros e encargos da Dívida RPPS				
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.537.724,12	12.685.186,60	13.800.672,23	14.404.179,19
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	11.537.724,12	12.685.186,60	13.800.672,23	14.404.179,19
3.3.00.0.0.0.0.0.0.0	Outras Despesas Corrente RPPS				
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.105.220,62	4.176.330,87	1.395.880,85	1.419.136,19
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.402.047,96	3.852.951,06	1.029.887,21	1.081.381,57
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	1.402.047,96	3.852.951,06	1.029.887,21	1.081.381,57
4.4.00.0.0.0.0.0.0.0	Investimentos RPPS				
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	50.750,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos				
4.5.90.99.00.00.00	Outras inversões Financeiras	50.750,00			
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA PÚBLICA	652.422,66	323.379,81	365.993,64	337.754,62
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS				0,00
	TOTAL DA DESPESA	28.791.758,02	33.955.441,30	32.119.736,30	33.592.657,76

PREVISÕES DA LEI DE ORÇAMENTO		2013	2014	2015	2016
Receita Prevista (já deduzido o FUNDEB)		28.358.229,00	30.005.231,00	33.209.536,00	33.765.038,00
Rendimento de Aplicações Financeiras		266.490,57	348.593,01	323.374,07	217.066,00
Receita de Operações de Crédito		0,00	904.410,00	0,00	150,00
Receita de Alienação de Bens		29.567,00	216.800,00	76.200,00	200.300,00
Receita de Amort.de Empréstimos Concedidos		6.371,56	5.587,13	17.988,10	6.278,00
Despesa Fixada (cfe lei de orçamento)		28.358.229,00	30.005.231,00	33.209.536,00	33.765.038,00
Juros e Encargos da Dívida		130.780,14	76.064,55	220.352,83	218.350,00
Amortização da Dívida		652.422,66	323.379,81	365.993,64	337.703,00
Concessão de Empréstimos					

Município de : Dom Feliciano
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada	1.496.118,67	1.194.616,78	860.265,10	290.247,90	(457.646,88)	(1.407.065,70)
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	3.324.549,33	3.250.772,62	2.290.195,78	2.955.172,58	2.832.046,99	2.692.471,78
(3) Dívida Consolidada Líquida	(1.828.430,66)	(2.056.155,84)	(1.429.930,68)	(2.664.924,68)	(3.289.693,87)	(4.099.537,48)
(4) Passivos Reconhecidos						
(5) Dívida Fiscal Líquida	(1.828.430,66)	(2.056.155,84)	(1.429.930,68)	(2.664.924,68)	(3.289.693,87)	(4.099.537,48)
(6) Resultado Nominal	2.084.297,08	(227.725,18)	626.225,16	(1.234.994,00)	(624.769,19)	(809.843,61)

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	904.410,00	-	-			
2.2 Encargos	76.064,55	220.352,83	231.370,47	272.406,71	316.849,61	366.550,32
2.3 Amortizações	323.379,81	365.993,64	337.754,62	397.659,32	462.537,06	535.090,17

Fonte: Contadoria do Município

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de : Dom Feliciano

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - LDO PARA 2017

CÓDIGOS	CONTAS	ARRECADADA 2013	ARRECADADA 2014	ARRECADADA 2015	REESTIMADO 2016	PROJETADO 2017	PROJETADO 2018	PROJETADO 2019
	CONSOLIDADAS ANUAIS							
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	31.865.294,57	33.844.622,17	35.524.794,80	36.838.725,03	39.042.951,01	41.471.095,69	44.224.296,11
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	1.341.102,42	1.385.208,26	1.381.366,29	1.660.293,18	1.807.253,78	2.011.443,69	2.319.087,16
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	120.296,99	121.289,06	117.604,55	157.997,93	168.273,49	180.065,45	192.711,58
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	120.296,99	121.289,06	117.604,55	157.997,93	168.273,49	180.065,45	192.711,58
1.2.0.0.00.00.00.00	Receita de Contribuições - R P P S	-	-	-	-	-	-	-
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	284.318,77	363.078,72	339.226,23	311.678,26	328.735,22	344.959,32	361.365,33
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	266.490,57	348.593,01	323.374,07	310.889,26	327.894,90	344.060,12	360.402,98
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	266.490,57	348.593,01	323.374,07	310.889,26	327.894,90	344.060,12	360.402,98
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	17.828,20	14.485,71	15.852,16	789,00	840,31	899,20	962,35
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	19.310,21	17.478,96	41.414,89	23.953,15	25.510,97	27.298,68	29.215,89
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	29.717.284,87	31.777.803,42	33.458.296,88	34.294.872,26	36.297.887,77	38.462.936,87	40.846.314,52
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	382.981,31	179.763,75	186.885,96	389.930,25	415.289,78	444.391,68	475.601,64
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	382.981,31	179.763,75	186.885,96	389.930,25	415.289,78	444.391,68	475.601,64
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.336.409,82	2.704.186,33	1.323.076,28	1.472.901,51	1.568.693,22	1.678.621,19	1.796.512,01
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	-	904.410,00	-	-	-	-	-
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	29.567,00	261.800,00	76.200,00	-	-	-	-
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	6.371,56	5.587,13	17.988,10	3.708,84	3.950,05	4.226,85	4.523,71
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.300.471,26	1.532.389,20	1.228.888,18	1.469.192,67	1.564.743,17	1.674.394,33	1.791.988,30
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.605.582,01)	(3.798.354,54)	(4.028.200,44)	(4.228.318,44)	(4.503.311,61)	(4.818.886,31)	(5.157.320,31)
	TOTAL DA RECEITA	29.596.122,38	32.750.453,96	32.819.670,64	34.083.308,10	36.108.332,62	38.330.830,57	40.863.487,81

CÓDIGOS	CONTAS	REALIZADA 2013	REALIZADA 2014	REALIZADA 2015	REESTIMADO 2016	PROJETADO 2017	PROJETADO 2018	PROJETADO 2019
	CONSOLIDADAS ANUAIS							
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	26.686.537,40	29.779.110,43	30.723.855,45	32.173.521,57	33.470.184,54	34.139.062,61	35.085.553,90
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.018.033,14	17.017.859,28	16.702.830,39	17.537.971,91	18.005.690,03	17.881.155,28	18.020.745,62
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	15.018.033,14	17.017.859,28	16.702.830,39	17.537.971,91	18.005.690,03	17.881.155,28	18.020.745,62
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	130.780,14	76.064,55	220.352,83	231.370,47	272.406,71	316.849,61	366.550,32
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	130.780,14	76.064,55	220.352,83	231.370,47	272.406,71	316.849,61	366.550,32
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.537.724,12	12.685.186,60	13.800.672,23	14.404.179,19	15.192.087,79	15.941.057,72	16.698.257,96
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	11.537.724,12	12.685.186,60	13.800.672,23	14.404.179,19	15.192.087,79	15.941.057,72	16.698.257,96
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.105.220,62	4.176.330,87	1.395.880,85	1.419.136,19	1.595.219,12	1.781.966,54	1.986.297,66
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.402.047,96	3.852.951,06	1.029.887,21	1.081.381,57	1.197.559,80	1.319.429,47	1.451.207,49
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	1.402.047,96	3.852.951,06	1.029.887,21	1.081.381,57	1.197.559,80	1.319.429,47	1.451.207,49
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	50.750,00	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	50.750,00	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	652.422,66	323.379,81	365.993,64	337.754,62	397.659,32	462.537,06	535.090,17
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	1.042.928,96	2.409.801,42	3.791.636,25
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL DA DESPESA	28.791.758,02	33.955.441,30	32.119.736,30	33.592.657,76	36.108.332,62	38.330.830,57	40.863.487,81

Município de : Dom Feliciano
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Execício	2014	2015	2016	2017	2018	2019
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	6,40%	10,67%	7,07%	5,47%	4,93%	4,75%
VARIAÇÃO DO PIB	0,10%	-3,80%	-3,85%	0,98%	1,98%	2,17%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	1,39%	-13,52%	-7,07%	-6,40%	-9,00%	-7,49%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIADOS	3,45%	1,92%	1,15%	0,00%	0,00%	0,00%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	-3,21%	-7,15%	16,97%	2,20%	4,01%	7,73%
CRESC.REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	0,43%	-1,58%	-0,72%	-0,62%	-0,97%	-0,77%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL	5,53%	1,00%	5,00%	4,00%	4,00%	4,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	168,31%	-80,14%	1,78%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	11,70%	14,25%	13,01%	11,63%	10,85%	10,44%
PIB / RS (em R\$ milhões)	360.496	392.248	380.449	450.965	493.197	537.405

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir :

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESF.ARREC.TRIBUT.	CRESC.REC.TRANSFERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P M	X	X				
Receita de Contribuições - R P P S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - PM	X					
Rendimentos de Aplicações - RPPS	X					
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Receitas Agropecuárias	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas de Serviços	X	X				
Transferências Correntes	X	X		X		
Outras Receitas Correntes - P M	X					
Outras Receitas Correntes - R P P S	X					
Operações de Crédito						
Alienação de Bens	X					
Amortização de Empréstimos	X					X
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X					
Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	X				X	
Deduções da Receita	X					

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC.FOLHA	CRESC.CUSTEIADOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC.INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	x		X		
Pessoal do R P P S	X	x		X		
Juros e encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida RPPS	X					x
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente RPPS	X		X			
Investimentos	X				X	
Investimentos RPPS	X				x	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X					
Outras Inversões Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					x

Município de : Dom Feliciano
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	36.108.333	34.235.643	0,008%	38.330.831	34.635.352	0,008%	40.863.488	35.249.485	0,008%
Receitas Primárias (I)	35.776.488	33.921.009	0,008%	37.982.544	34.320.644	0,008%	40.498.561	34.934.694	0,008%
Despesa Total	36.108.333	34.235.643	0,008%	38.330.831	34.635.352	0,008%	40.863.488	35.249.485	0,008%
Despesas Primárias (II)	35.438.267	33.600.329	0,008%	37.551.444	33.931.106	0,008%	39.961.847	34.471.716	0,007%
Resultado Primário (I – II)	338.221	320.680	0,000%	431.100	389.537	0,000%	536.714	462.978	0,000%
Resultado Nominal	(1.234.994)	(1.170.943)	0,000%	(624.769)	(564.535)	0,000%	(809.844)	(698.584)	0,000%
Dívida Pública Consolidada	290.248	275.195	0,000%	(457.647)	(413.525)	0,000%	(1.407.066)	(1.213.757)	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	(2.664.925)	(2.526.713)	-0,001%	(3.289.694)	(2.972.534)	-0,001%	(4.099.537)	(3.536.325)	-0,001%

Fonte: Contadoria do Município

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL – corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 – Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2013, 2014 e 2015) e os valores reestimados para o exercício atual (2016), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 – Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 – Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 0,98 %, 1,18 % e 2,17 % e das taxas de inflação (IPCA), de 5,47 %, 4,93 % e 4,75 %, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 10/06/2016.
- 5 – Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 – Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 553/2014. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisito por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2017. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 – Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil.
- 8 – Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2016, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 – Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
 - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2017, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 36.108.332,62 a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 327.894,90), das resultantes de Operações de Crédito, das Alienações de Bens e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 3.950,05), resultam numa Receita Primária de R\$ 35.776.487,67
 - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 36.108.332,62. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 272.406,71, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 397.659,32 tem-se que as despesas primárias para 2017 foram previstas em R\$ 35.438.266,59.
 - 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2017 que foi inicialmente prevista em R\$ 338.221,00 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.
- 10 – Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 02**.

Município de : Dom Feliciano
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
	(a)			(b)			(c)		
Receita Total RPPS	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Receitas Primárias RPPS (I)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Despesa Total RPPS	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Despesas Primárias RPPS (II)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Resultado Primário RPPS (I – II)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%

Fonte: Contadoria do Município

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : Dom Feliciano
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

RS\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	36.108.333	34.235.643	0,008%	38.330.831	34.635.352	0,008%	40.863.488	35.249.485	0,008%
Receitas Primárias (I)	35.776.488	33.921.009	0,008%	37.982.544	34.320.644	0,008%	40.498.561	34.934.694	0,008%
Despesa Total	36.108.333	34.235.643	0,008%	38.330.831	34.635.352	0,008%	40.863.488	35.249.485	0,008%
Despesas Primárias (II)	35.438.267	33.600.329	0,008%	37.551.444	33.931.106	0,008%	39.961.847	34.471.716	0,007%
Resultado Primário (I - II)	338.221	320.680	0,000%	431.100	389.537	0,000%	536.714	462.978	0,000%

Fonte: Contadoria do Município

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de : Dom Feliciano
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	33.209.536	0,008%	32.819.671	0,008%	(389.865)	-1,17%
Receita Primárias (I)	32.791.974	0,008%	32.402.108	0,008%	(389.865)	-1,19%
Despesa Total	33.209.536	0,008%	32.119.736	0,008%	(1.089.800)	-3,28%
Despesa Primárias (II)	32.623.190	0,008%	31.533.390	0,008%	(1.089.800)	-3,34%
Resultado Primário (I-II)	168.784	0,000%	868.719	0,000%	699.934	414,69%
Resultado Nominal	389.866	0,000%	(227.725)	0,000%	(617.591)	-158,41%
Dívida Pública Consolidada	1.538.410	0,000%	1.194.617	0,000%	(343.793)	-22,35%
Dívida Consolidada Líquida	(3.605.107)	-0,001%	(2.056.156)	-0,001%	1.548.951	-42,97%

Fonte: Contadoria do Município

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2015), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2015 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 1.826.291,96, valor 2.081,13% superior à meta estabelecida, que era de R\$ 87.754,88. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 32.402.108,00, frustrando em 1,08% a projeção para o período de R\$ 32.791.974,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 31.533.390,00, estabelecendo-se 3,46% abaixo da previsão orçamentária. Cabe ressaltar que estão consideradas nas reestimativas das receitas/despesas do ano de 2016, a compensação do déficit, para assim ocorrer a entrega da atual gestão sem percalços financeiros, conforme exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas pertinentes.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho desfavorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um déficit de 4,75% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2015 a performance dos grupos de receita tributária e transferências correntes, que frustraram a expectativa, respectivamente, em 9,30% e 4,92%. Já a receita patrimonial superou a expectativa em 51%.

A dívida consolidada totalizou R\$ 1.194.616,78, valor 28,19% inferior ao saldo de R\$ 1.538.410,00 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do aumento dos desembolsos da amortização da dívida que totalizou em 2015 R\$ 365.993,64, valor 34,06% maior que a projeção consignada na Lei do Orçamento de R\$ 273.000,00.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2015, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ 3.605.106,92. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ 2.056.155,84 que, comparado com o montante apurado ao final de 2014, apresentou um resultado nominal de R\$ 227.725,18, que ficou abaixo da previsão inicial da LDO, que era de R\$ 389.866,15.

Município de : Dom Feliciano
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2017

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2014	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %
Receita Total	30.005.231	33.209.536	10,68%	33.765.038	1,67%	36.108.333	6,94%	38.330.831	6,16%	40.863.488	6,61%
Receitas Primárias (I)	28.529.841	32.791.974	14,94%	33.341.244	1,68%	35.776.488	7,30%	37.982.544	6,17%	40.498.561	6,62%
Despesa Total	30.005.231	33.209.536	10,68%	33.765.038	1,67%	36.108.333	6,94%	38.330.831	6,16%	40.863.488	6,61%
Despesas Primárias (II)	29.605.787	32.623.190	10,19%	33.208.985	1,80%	35.438.267	6,71%	37.551.444	5,96%	39.961.847	6,42%
Resultado Primário (I – II)	(1.075.946)	168.784	-115,69%	132.259	-21,64%	338.221	155,73%	431.100	27,46%	536.714	24,50%
Resultado Nominal	2.709.481	389.866	-85,61%	(1.998.096)	-612,51%	(1.234.994)	-38,19%	(624.769)	-49,41%	(809.844)	29,62%
Dívida Pública Consolidada	1.496.119	1.538.410	2,83%	381.054	-75,23%	290.248	-23,83%	(457.647)	-257,67%	(1.407.066)	207,46%
Dívida Consolidada Líquida	(1.762.455)	(3.605.107)	104,55%	(3.286.037)	-8,85%	(2.664.925)	-18,90%	(3.289.694)	23,44%	(4.099.537)	24,62%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2014	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %
Receita Total	35.554.509	35.557.450	0,01%	33.765.038	-5,04%	34.235.643	1,39%	34.635.352	1,17%	35.249.485	1,77%
Receitas Primárias (I)	33.806.255	35.110.366	3,86%	33.341.244	-5,04%	33.921.009	1,74%	34.320.644	1,18%	34.934.694	1,79%
Despesa Total	35.554.509	35.557.450	0,01%	33.765.038	-5,04%	34.235.643	1,39%	34.635.352	1,17%	35.249.485	1,77%
Despesas Primárias (II)	35.081.190	34.929.649	-0,43%	33.208.985	-4,93%	33.600.329	1,18%	33.931.106	0,98%	34.471.716	1,59%
Resultado Primário (I – II)	(1.274.935)	180.717	-114,17%	132.259	-26,81%	320.680	142,46%	389.537	21,47%	462.978	18,85%
Resultado Nominal	3.210.582	417.430	-87,00%	(1.998.096)	-578,67%	(1.170.943)	-41,40%	(564.535)	-51,79%	(698.584)	23,74%
Dívida Pública Consolidada	1.772.817	1.647.176	-7,09%	381.054	-76,87%	275.195	-27,78%	(413.525)	-250,27%	(1.213.757)	193,51%
Dívida Consolidada Líquida	(2.088.410)	(3.859.988)	84,83%	(3.286.037)	-14,87%	(2.526.713)	-23,11%	(2.972.534)	17,64%	(3.536.325)	18,97%

Fonte: Contadoria do Município

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2017), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2014, 2015 e 2016), bem como para os três seguintes (2017, 2018 e 2019), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2014, 2015 e 2016 foram extraídos das respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : Dom Feliciano
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	41.687.416,49	91,69%	17.010.984,50	40,81%	17.594.186,97	103,43%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	3.777.748,37	8,31%	24.676.431,99	59,19%	(583.202,47)	-3,43%
TOTAL	45.465.164,86	100,00%	41.687.416,49	100,00%	17.010.984,50	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

CONSOLIDAÇÃO GERAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	41.687.416,49	91,69%	17.010.984,50	40,81%	17.594.186,97	103,43%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	3.777.748,37	8,31%	24.676.431,99	59,19%	(583.202,47)	-3,43%
TOTAL	45.465.164,86	100,00%	41.687.416,49	100,00%	17.010.984,50	100,00%

Fonte: Contadoria do Município

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2013, 2014 e 2015), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O ente municipal não possui sistema de previdência própria, logo, não há demonstrativo e cálculo a ser realizado.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2013 a 2015, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 17.010.984,50 em 31.12.2013 para R\$ 45.465.164,86 em 31.12.2015.

A variação significativa do exercício 2013 para 2015 deve-se à reavaliação dos bens imóveis, também ao ajuste dos bens móveis a valor presente, onde havia defasagem dos ajustes necessários para se obter o valor real dos ativos do imobilizado.

Município de : Dom Feliciano
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2015	2014	2013
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2013			
RECEITAS DE CAPITAL	76.200,00	261.800,00	29.567,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	76.200,00	261.800,00	29.567,00
Alienação de Bens Móveis	76.200,00	261.800,00	29.567,00
Alienação de Bens Imóveis			
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	3.179,72	5.857,35	
TOTAL	79.379,72	267.657,35	29.567,00

DESPESAS EXECUTADAS	2015	2014	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	52.542,69	247.650,79	-
Investimentos	52.542,69	247.650,79	
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	52.542,69	247.650,79	-
SALDO FINANCEIRO			
	76.410,59	49.573,56	29.567,00

Fonte: Contadoria do Município

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2013, 2014 e 2015).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : Dom Feliciano
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 EXERCÍCIO DE 2017

		R\$ 1,00		
<u>RECEITAS</u>		2013	2014	2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		-	-	-
RECEITAS CORRENTES		-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados		-	-	-
Pessoal Civil		-	-	-
Pessoal Militar		-	-	-
Outras Receitas de Contribuições		-	-	-
Receita Patrimonial		-	-	-
Receita de Serviços		-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		-	-	-
RECEITAS CORRENTES		-	-	-
Receita de Contribuições		-	-	-
Patronal		-	-	-
Pessoal Civil		-	-	-
Pessoal Militar		-	-	-
Cobertura de Déficit Atuarial		-	-	-
Regime de Débitos e Parcelamentos		-	-	-
Receita Patrimonial		-	-	-
Receita de Serviços		-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)		-	-	-
		-	-	-
<u>DESPESAS</u>		2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		-	-	-
ADMINISTRAÇÃO		-	-	-
Despesas Correntes		-	-	-
Despesas de Capital		-	-	-
PREVIDÊNCIA		-	-	-
Pessoal Civil		-	-	-
Pessoal Militar		-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias		-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias		-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)		-	-	-
ADMINISTRAÇÃO		-	-	-
Despesas Correntes		-	-	-
Despesas de Capital		-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)		-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)		-	-	-
		-	-	-
<u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u>		2013	2014	2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		-	-	-
Plano Financeiro		-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		-	-	-
Recursos para Formação de Reserva		-	-	-
Outros Aportes para o RPPS		-	-	-
Plano Previdenciário		-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		-	-	-
Outros Aportes para o RPPS		-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
BENS E DIREITOS DO RPPS				

Fonte: Contadoria do Município

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2013, 2014 e 2015, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2015.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal - RGF.

Município de : Dom Feliciano
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
 Exercício de 2017

AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PF (c) =
2016			
2017			
2018			
2019			
2020			
2021			
...			
...			

Fonte: Nota Técnica Atuarial elaborada por Data:

R\$ 1,00

REVIDENCIÁRIO (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-

Município de : Dom Feliciano
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2017	2018	2019	
IPTU	Isenção	EEEM Dom Feliciano	2.131,01	2.236,07	2.342,28	Vide Obsevação abaixo
IPTU	Isenção	Santuário Nª Sª Czestochowa	451,40	473,66	496,15	
IPTU	Isenção	Brigada Militar	138,77	145,61	152,52	
IPTU	Isenção	Igreja Evangélica	78,14	82,00	85,89	
IPTU	Isenção	DAER	387,70	406,81	426,13	
IPTU	Isenção	Corsan	248,79	261,06	273,46	
IPTU	Isenção	Sociedade Rio Branco	348,86	366,06	383,45	
IPTU	Isenção	Associação Brasileira - Framaceu	348,86	366,06	383,45	
IPTU	Isenção	CTG	291,54	305,91	320,44	
TOTAL			4.425,07	4.643,23	4.863,79	-

Fonte: Contadoria do Município

2 - Os valores da renúncia projetados para 2018 e 2019, foram calculados a partir dos valores de 2017, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2018: 4,93%

Inflação para 2019: 4,75%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : Dom Feliciano
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2017
Aumento Permanente da Receita	173.725,77
Decorrente de Receitas Tributárias	53.230,84
Decorrente de Transferências Correntes	120.494,93
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(41.437,52)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	132.288,24
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	132.288,24
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	(466.112,58)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(466.112,58)
Relativas a Outras Despesas Correntes	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	598.400,83

Fonte: Contadoria do Município

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2017 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2016-2017.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2017, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2016-2017 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.

Município de : Dom Feliciano
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2017
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-

Fonte:

<p>Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2017, adequar-se-ão às receitas do Município.</p>

Município de : Dom Feliciano
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO II DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2017

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	70.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência.	70.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	150.000,00	Estiagens e tempestades climáticas: fornecimento de materiais e mão de obra para reconstrução dos locais atingidos; auxílio financeiro para pagamento de custeios e outros gastos.	150.000,00
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	220.000,00	SUBTOTAL	220.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	220.000,00	TOTAL	220.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, 3º da LRF.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2017
ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA:
OBJETIVO:

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida	
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
TOTAL DO PROGRAMA =====>			

(*) Tipo: P – OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária

Os valores de que trata este anexo estão dispostos em relatório gerado pelo sistema integrado de ge

